

REALIDADE DO POVO

SUDOESTE Rio Verde, segunda-feira, 26 de janeiro de 2026

As crônicas de Geneilton: A morte do Leviatã e a Cidade Abelha

Página 6



Ano 01 - Edição 08

@realidadedopovo

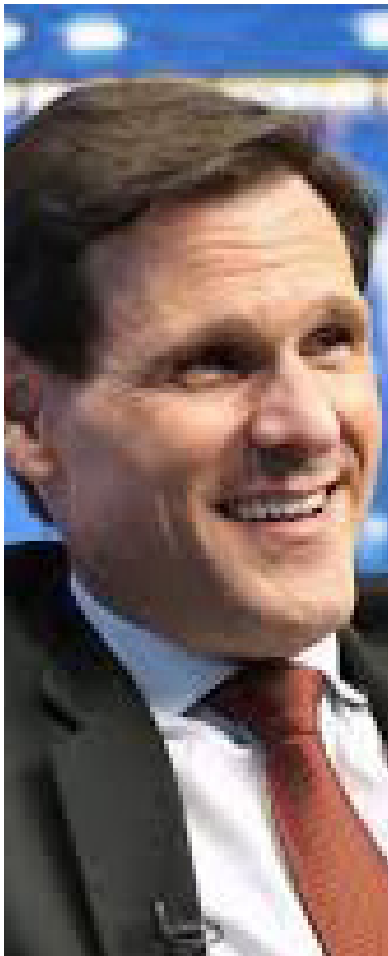
www.realidadedopovo.com

POLÍTICA

Rio Verde, apostas, surpresas e alianças improváveis

Página 3

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Lissauer Vieira (PL)



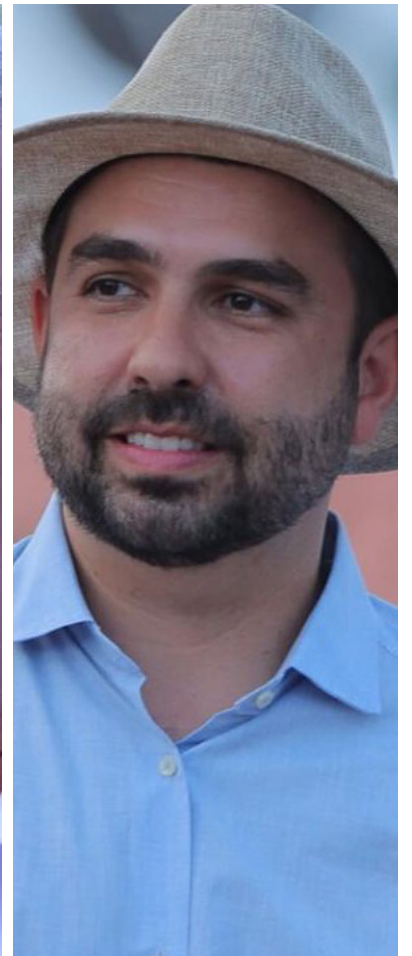
Lucas do Vale (MDB)



Nayara Barcelos (PSD)



Paulo do Vale (UB)



Wellington Carrijo (MDB)

HABITAÇÃO

Casa pela metade não é casa: Paranaiguara retoma moradias inacabadas

Página 7



ELEIÇÕES 2026

Professor Ilton Cruvinel responde sobre estratégias de marketing eleitoral

Página 7



ENTREVISTA

Cachoeira Alta: Os desafios para o ano de 2026

Página 4



TEMPO HOJE

Brasília



Máxima 27°C Mínima 16°C
Tendência Estável

Goiânia



Máxima 32°C Mínima 19°C
Tendência Estável

Anápolis



Máxima 28°C Mínima 17°C
Tendência Estável

Artigo

Jammes Miller Bessa
jammes@unirv.edu.br



O Muro de Papel e o Cidadão Digital

Até quando permitiremos que o serviço público opere em um tempo completamente diferente da realidade atual em que vivemos? Estamos em uma era onde transações bancárias complexas são resolvidas em segundos pelo celular e onde a informação cruza o globo em tempo real, mas, contraditoriamente, atravessar a porta de um órgão público muitas vezes significa uma viagem de volta ao século passado. O cidadão, que fora das repartições públicas está cada vez mais digital, ágil e conectado, vê-se subitamente refém de carimbos, pilhas de processos físicos e uma burocracia que parece ter sido desenhada não para organizar, mas para cansar. Essa desconexão entre a realidade tecnológica da sociedade e a defasagem da administração pública não é apenas um incômodo estético ou logístico e sim uma falha grave de governança que drena recursos preciosos e corrói a confiança da população nas instituições que deveriam servi-la.

O custo desse modelo analógico é exorbitante e vai muito além do preço do papel e do toner das impressoras, atingindo cifras alarmantes quando calculamos as horas de trabalho desperdiçadas em tarefas manuais e repetitivas. Manter arquivos físicos gigantescos, que exigem espaço imobiliário e manutenção constante, é um luxo que nenhum órgão público, especialmente aqueles com orçamentos apertados, deveria se dar. O dinheiro que escoia pelos ralos da ineficiência administrativa é o mesmo que falta na ponta do atendimento, na saúde básica, na merenda escolar e na manutenção das vias públicas. Insistir em processos manuais quando existem softwares de gestão capazes de automatizar fluxos inteiros não é conservadorismo, é irresponsabilidade fiscal.

No entanto, a barreira mais difícil de transpor não é a financeira ou a técnica, mas a cultural, erguida por uma resistência silenciosa de gestores que temem a transparência que a tecnologia impõe. A informatização de processos ilumina cantos escuros da administração, cria rastros digitais auditáveis e expõe gargalos de produtividade que muitos prefeririam manter ocultos sob a poeira dos arquivos. Há também o medo infundado de que a tecnologia substituirá o servidor, quando, na verdade, ela o liberta de funções mecânicas para que ele possa exercer o que há de mais humano e insubstituível no serviço público: o acolhimento, a análise crítica e a resolução de problemas complexos. A recusa em modernizar é, muitas vezes, uma defesa corporativista de um “fazer como sempre foi feito”, ignorando que a estagnação é a pior forma de retrocesso.

Quando observamos a jornada do cidadão comum, a crueldade da ineficiência torna-se palpável, pois é ele quem paga, com seu tempo de vida, o preço da morosidade estatal. Não é razoável exigir que um trabalhador perca um dia de serviço para protocolar um pedido que poderia ser feito por um aplicativo, ou que um empreendedor aguarde meses por um alvará que um sistema inteligente poderia emitir em dias. Essa fricção desnecessária entre o contribuinte e o serviço público gera um ambiente hostil ao desenvolvimento econômico, afugentando investimentos e desencorajando a formalização de novos negócios. Uma cidade inteligente não é aquela cheia de painéis luminosos, mas aquela onde a burocracia é invisível e o serviço chega ao cidadão antes que ele precise enfrentar uma fila.

A adoção de soluções baseadas em dados e inteligência artificial permite, inclusive, uma mudança de paradigma da administração reativa para a preditiva. Em vez de esperar que o problema aconteça para então agir, gestores munidos de informações precisas e atualizadas podem antecipar demandas, alocar recursos de forma mais inteligente e planejar o crescimento urbano com base em evidências, não em “achismos” ou conveniências políticas. A tecnologia oferece o mapa e a bússola para navegar na complexidade das demandas urbanas modernas. Ignorar esses instrumentos é condenar a gestão pública a viver apagando incêndios, sempre correndo atrás do prejuízo, enquanto a população sofre as consequências de serviços precários e desarticulados.

Além da eficiência, a governança tecnológica é uma ferramenta poderosa de democratização e inclusão, pois coloca a administração pública na palma da mão de cada habitante. Ao disponibilizar serviços online, portais de transparência acessíveis e canais de comunicação direta, a administração rompe as paredes físicas das repartições e se faz presente na vida da comunidade. Isso fortalece o tecido democrático, pois um cidadão bem informado e com acesso facilitado aos serviços públicos é um cidadão mais autônomo e participativo. A tecnologia, portanto, não serve apenas para cortar custos, mas para valorizar a cidadania, devolvendo às pessoas o protagonismo e o respeito que muitas vezes lhes são negados nos balcões de atendimento presenciais.

Jammes Miller Bessa é Pós-Doutor em Direito, Advogado, Professor Universitário e Procurador do Município de Rio Verde

Realidade POLÍTICA

Felipe Neiva
felipeneiva@realidadedopovo.com



Fotos: Divulgação

Caçu, Clube Alcaçuz, entre a memória afetiva e a disputa política

O Clube Alcaçuz voltou ao centro das atenções como se tivesse sido descoberto agora, embora faça parte da história da cidade há décadas. A promessa de revitalização reacendeu a memória afetiva de muitos moradores, mas também abriu espaço para um debate típico da política local, quem administra, quem ban-



ca e quem vai colher os louros quando as portas finalmente se abrirem. Enquanto discursos se multiplicam e versões disputam espaço, o que a po-

pulação quer mesmo é saber se o clube vai deixar de ser assunto de rede social para voltar a ser espaço de convivência real.



São Simão, bolsas para medicina, investimento nobre, discurso tentador

A abertura de inscrições para bolsas de estudo em medicina foi anunciada como um marco para o município, e não é exagero afirmar que se trata de uma iniciativa relevante. Formar médicos é pensar a longo prazo, algo raro na política. Ainda assim, o programa carrega um componente simbólico forte, cada vaga concedida se transforma em argumento político, cada edital vira vitrine administrativa. O sucesso da iniciativa será medido não pelo anúncio, mas pela capacidade de mantê-la ativa, justa e imune a interferências que não sejam técnicas.



Santo Antônio da Barra, Aluguel Social, política pública que não pode falhar

A entrega de 30 cartões do Aluguel Social representa alívio imediato para famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em um cenário econômico ainda instável. É uma política necessária, sensível e que mexe diretamente com a dignidade das pessoas. Justamente por isso, exige cuidado dobrado. Programas sociais não podem ser tratados como concessões temporárias ou favores políticos. A transparência nos critérios e a continuidade do benefício serão determinantes para que a iniciativa cumpra seu papel social.



AMESGO, nova diretoria, expectativas renovadas, cobrança permanente

A nova diretoria da AMESGO



Quirinópolis, caminhões, utilidade pública e capital político

A chegada de dois caminhões ao município foi comemorada como reforço importante para os serviços urbanos, especialmente em áreas que dependem diretamente da frota pesada. Porém, na política, toda entrega vem acompanhada de narrativa. Caminhões viram símbolo de eficiência, parceria e presença parlamentar, mesmo quando o que mais importa é o uso diário, silencioso e sem holofotes. A cobrança agora é simples e legítima, que os veículos estejam nas ruas resolvendo problemas, e não estacionados em agendas de autopromoção.

POLÍTICA

Rio Verde, apostas, surpresas e alianças improváveis

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Lissauer Vieira (PL)



Lucas do Vale (MDB)



Nayara Barcelos (PSD)

A política de Rio Verde entrou definitivamente em modo de disputa aberta, e o que antes se desenhava como um período de gestão administrativa agora se converte em um tabuleiro de apostas, onde cada movimento carrega cálculo eleitoral e risco político.

Léo Batista

A cidade tornou-se palco de rearranjos que extrapolam o limite municipal e revelam a antecipação do jogo de 2026.

A saída de Paulo do Vale (União Brasil) da Secretaria de Governo não pode ser lida apenas como um ato administrativo. Trata-se de um movimento claro de reposicionamento eleitoral, com vistas à Assembleia Legislativa. Ao deixar o cargo, Paulo do Vale testa seu capital político na própria cidade que governou e provoca impacto direto na estrutura de poder do Executivo. Para o prefeito Wellington Carrijo (MDB), a mudança impõe um desafio imediato, manter a governabilidade sem uma das figuras mais experientes da engrenagem política local e, ao mesmo tempo, administrar as pressões internas de grupos e aliados que já se movimentam de olho no próximo pleito. O futuro político de Carrijo passa, agora, pela capacidade de entregar resultados e de se equilibrar

em meio às disputas que se intensificam dentro da base.

Nesse cenário, ressurgem nomes que apostam em bandeiras ideológicas como ativo eleitoral. Lissauer Vieira (PL) volta ao radar como pré-candidato à Assembleia Legislativa, ancorado em uma estratégia que dialoga diretamente com o bolsonarismo. A chamada Rota 22 aparece como instrumento de mobilização simbólica e política para reconectar lideranças ao eleitorado conservador do interior. Em Rio Verde, esse discurso encontra terreno fértil e passa a ser observado por outros atores como uma via possível de retorno ou sobrevivência política.

Paralelamente, ganha força a articulação de uma dobradinha entre Nayara Barcelos (PSD) e Lucas do Vale (MDB). O movimento sinaliza uma tentativa de combinar visibilidade legislativa com herança política familiar. De um lado, Nayara busca consolidar seu espaço como liderança em ascensão, do outro, Lucas carrega



Paulo do Vale (UB)



Wellington Carrijo (MDB)

o peso e o alcance de um sobrenome já conhecido do eleitorado. Juntos, podem representar uma alternativa competitiva que mistura discurso de renovação com continuidade, atraindo diferentes segmentos do público político local.

Enquanto isso, Rio Verde também recebe personagens que não pertencem diretamente ao seu cotidia-

no político, mas que enxergam na cidade uma vitrine estratégica. Marconi Perillo (PSDB) circula como quem ainda reivindica protagonismo no cenário estadual e procura reatar laços com lideranças regionais. Delúbio Soares (PT) surge como figura que testa terreno e apoios em meio a articulações de alcance nacional. A presença desses chamados

turistas políticos expõe a importância de Rio Verde no xadrez goiano e, ao mesmo tempo, impõe custos de imagem para quem se associa a trajetórias marcadas por controvérsia.

Por trás desses movimentos, está um jogo maior, onde alianças improváveis são costuradas com pragmatismo e conveniência. O eleitor assis-

te a uma antecipação do debate eleitoral, enquanto a cidade se transforma em um verdadeiro cassino político. As apostas estão lançadas, mas o preço de cada escolha será cobrado nas urnas. Em Rio Verde, a política deixou de ser apenas administração e passou a ser cálculo permanente, onde cada gesto carrega promessa e risco.

ENTREVISTA

Os desafios para o ano de 2026

DIVULGAÇÃO

Cachoeira Alta inicia 2026 com uma grande expectativa: acompanhar mais de perto o que é debatido e decidido, entender melhor as pautas e ver o Legislativo cumprir sua função com clareza e responsabilidade.

Leo Batista

Para falar sobre esse cenário, a Redação conversou com o presidente da Câmara Municipal, Renato Rosa da Silva.

RP: Presidente, qual é o principal desafio da Câmara em 2026?

Renato Rosa: Presidente: Fazer o essencial com alto padrão: pauta organizada, comissões funcionando, projetos analisados com atenção e fiscalização responsável. O desafio é manter ritmo e seriedade, para que o Legislativo seja um espaço de debate produtivo e decisões bem fundamentadas.

RP: Muita gente só vê as sessões legislativas, mas o trabalho da Câmara vai além do plenário?

Renato Rosa: Vai muito além. Antes da sessão existe rotina de estudo,

pedidos de esclarecimento, reuniões, diálogo com setores do município e análise do impacto das propostas. Este trabalho talvez seja menos visível, mas é o que evita decisões apressadas e melhora a qualidade do que é votado no plenário.

RP: A principal entrega do Legislativo para a comunidade passa pelos Projetos de Lei. Como o senhor define esse papel?

Renato Rosa: Projetos de Lei são o caminho mais direto para transformar discussão em regra, política pública e melhorias concretas para o nosso município. Alguns projetos chegam do Executivo, outros são de autoria do próprio Legislativo, mas o ponto central é o mesmo: analisar com responsabilidade, propor ajustes quando necessário e buscar clareza sobre o efeito real e concreto do que está sendo aprovado.

RP: Qual é a importância das comissões nesse processo?

Renato Rosa: As comissões são o “filtro” do bom trabalho, onde o tema é aprofundado, dúvidas são resolvidas, ajustes são debatidos e o projeto amadurece antes de ir ao plenário. Em 2026, a prioridade é fortalecer este funcionamento: mais presença, mais organização e mais foco.

RP: Transparência é um tema recorrente. O que ela significa na prática?

Renato Rosa: Não é só publicar documentos, mas explicar bem o que está em debate, por que está, e quais são os próximos passos. Quando o cidadão entende a pauta, a participação melhora e o controle social fica mais forte.

RP: Como equilibrar fiscalização e relação institucional com o Executivo?

Renato Rosa: Com postura. Fiscalização não é confronto por si só, assim como também diálogo não é concordar automaticamente com tudo, pois quando a proposta está bem fundamentada e atende ao interesse público, a Câmara contribui para que avance, mas quando precisa de correção, ela também vai cobrar, pedir informações e acompanhar.

RP: Quais demandas chegam com mais frequência aos vereadores?

Renato Rosa: Demandas de infraestrutura urbana e rural, serviços de saneamento, assistência social, saúde, educação, emprego e desenvolvimento econômico. A Câmara não executa diretamente, mas tem um papel decisivo: encaminhar, co-



Renatinho Correa - presidente da câmara de Cachoeira alta

brar providências, solicitar esclarecimentos e buscar respostas. Muitas melhorias começam assim, com atenção e participação ativa desta Casa.

RP: E, afinal, quais são os desafios mais claros para a Câmara em 2026?

Renato Rosa: Eu diria que são três frentes bem objetivas: primeiro, garantir que os projetos de lei sejam analisados com atenção e responsabilidade, pensando no impacto real para a comunidade cachoeiraltense; segundo, fortalecer o trabalho das comissões, porque é ali que as propostas amadurecem, ganham ajustes

e chegam mais claras ao plenário; e terceiro, avançar na transparência de verdade, explicando melhor as pautas e decisões para que o cidadão acompanhe com mais facilidade.

RP: E o que o cidadão pode esperar do Legislativoneste ano?

Renato Rosa: Uma Câmara mais estruturada e próxima da população, com agenda clara, discussões objetivas, informação bem explicada e acompanhamento firme do que é de interesse público. A meta é cumprir o nosso papel com responsabilidade: ouvir, deliberar, aperfeiçoar as propostas e zelar para que

as decisões tenham efeito positivo na vida de quem mora em Cachoeira Alta.

ACOMPANHE OS TRABALHOS DO LEGISLATIVO DE PERTO

Nem sempre o trabalho mais importante é o mais barulhento. Às vezes, ele está numa comissão que funciona, no projeto bem analisado, na pauta explicada com clareza e fiscalização feita no tempo certo. Em 2026, o convite é simples: acompanhe a Câmara e participe dos rumos do município, pois é dessa presença constante e consciente, que nasce um Legislativo mais próximo, acessível e útil para a comunidade.

CUIDADOS PESSOAS

Saúde mental entrou no radar

Lucas Carlos

Quem lidera equipe sabe como o problema costuma aparecer: faltas frequentes, queda de rendimento, conflitos que se repetem, desligamentos e afastamentos por ansiedade, estresse ou depressão. Durante muito tempo, isso ficou no campo do clima organizacional e com a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), o tema passou a ser tratado como o que realmente é: risco ocupacional que precisa entrar no processo de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

O nome técnico está relacionado a “fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho”, mas é bem mais simples de traduzir: não é sobre investigar a vida de ninguém, mas olhar para o trabalho

como ele é organizado e cobrado, como exemplo, metas inalcançáveis, sobrecarga, assédio moral, falta de apoio da liderança, tarefas repetitivas ou isoladas, falhas de comunicação e desequilíbrio entre esforço e recompensa. Quando isso não é identificado e controlado, a empresa paga a conta em produtividade, retrabalho, acidentes, rotatividade e passivo trabalhista.

Esta adaptação não é assunto para o futuro ou ano que vem, pois já está em curso e já foi iniciada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A diferença é que neste ano começa a fase em que a fiscalização deixa de ser apenas pedagógica e passa a gerar atuação.

Mas o que isso muda no dia a dia do empresário? Primeiramente, muda



porque, numa fiscalização, não basta dizer “aqui a gente se preocupa com as pessoas”, porque a cobrança tende a olhar evidências: inventário de riscos, critérios de avaliação, plano de ação com responsáveis e prazos, medidas

preventivas e acompanhamento. Quem deixa para organizar tudo na última hora corre o risco de fazer apressado, gastar mais e ainda ficar exposto.

A boa notícia é que dá para resolver com método e bom senso: mapear

onde o trabalho está acontecendo, ajustar processos e lideranças, registrar as medidas e monitorar resultados. E, enquanto a empresa estrutura prevenção e gestão, faz diferença ter caminhos simples e acessíveis para acolher o colaborador quando os “sinais” da saúde mental aparecem, com orientação adequada e encaminhamento rápido, antes que a situação vire crise, afastamento ou ruptura de equipe.

Hoje, há no mercado soluções corporativas de suporte assistencial contínuo, como telemedicina 24 horas por dia, com diferentes especialidades, incluindo psiquiatria, e acesso a psicólogo com sessão mensal incluída como benefício, o que ajuda a dar sustentação prática às políticas internas de cuidado e auxílio

aos colaboradores da empresa. Logo, a NR-1 não é um alerta abstrato, mas uma mudança regulatória que já está em andamento e que, a partir de 26 de maio de 2026, passa a ser cobrada com outra intensidade, inclusive, já exigindo resultados.

Quem se antecipa organiza processos, reduz exposição e evita que problemas previsíveis se tornem crise. No fim, trata-se de gestão responsável: proteger pessoas, preservar resultados e manter a empresa pronta para comprovar, com segurança, cada medida adotada.

Se a sua empresa ainda não estruturou esse tema no dia a dia, este é o momento de buscar orientação técnica e organizar o que será exigido, antes que a urgência chegue junto com a cobrança.

JUSTIÇA

Bolsonaro na Papudinha expõe racha no bolsonarismo

O Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a transferência do ex-presidente Jair Bolsonaro da Superintendência da Polícia Federal para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, unidade conhecida como "Papudinha".

Bruno Costa Campos

A força da máquina do governo e a capilaridade política do governador Ibaneis Rocha aparecem como fatores determinantes para a liderança de Celina, que se beneficia diretamente da associação com a atual gestão e da ausência de um bloco de oposição unificado.

Segundo o levantamento, o segundo colocado é o ex-governador José Roberto Arruda, com 13,4%, seguido por Leandro Grass, que tem 11,2%, e Fred Linhares, com 9,9%. Os demais can-

didatos, Ricardo Cappelli, Izalci Lucas e Paula Belmonte, aparecem abaixo dos 6%. Ainda há um contingente significativo de eleitores indecisos, 13,3%, além de 12,9% que pretendem votar em branco ou nulo, o que deixa o jogo aberto e mostra que um quarto do eleitorado ainda não definiu voto.

O fator Ibaneis, conforme o relatório do IGAPÉ, é central para explicar o desempenho de Celina. O governador mantém uma estrutura administrativa robusta, sustentada por uma agenda de obras e programas espalhados por todas as regiões, o que garante presença constante na mídia, vitrines de gestão e endosso político que tende a favorecer sua aliada. Além disso, a boa avaliação do governo amplia a possibilidade de transferência de votos, fortalecendo a narrativa de continuidade com resultados. A fragmentação do campo oposicionista também ajuda a candidata governista, uma vez que quanto mais dividida a oposição, maior é a tendência de o governo capturar o chamado voto útil na reta final do



O ex-presidente encarcerado

primeiro turno.

O instituto também avaliou o desempenho individual dos principais nomes. Celina Leão aparece com vantagem folgada, apoiada pela estrutura de Ibaneis e pelo reconhecimento do eleitorado. Entre seus desafios, está o de defender a gestão em áreas sensíveis como mobilidade, saúde, segurança pública e creches, evitando o desgaste natural de quem representa a continuidade.

José Roberto Arruda, em segundo lugar, conta com recall político elevado e um eleitorado fiel, especialmente entre quem valoriza experiência e histórico de obras, mas enfrenta rejeição significativa que dificulta seu avanço em um eventual segundo turno. Já Leandro Grass é o nome mais competitivo do campo progressista, com discurso de transparência e foco em políticas sociais, porém precisa ampliar penetração nas

periferias e entre eleitores moderados. Fred Linhares vem em crescimento no grupo intermediário, com apelo de renovação e perfil de gestor privado, mas ainda carece de visibilidade e precisa apresentar um plano mais concreto para o Distrito Federal.

Entre os demais candidatos, Ricardo Cappelli tem imagem de gestor técnico e perfil eficiente, mas sofre com baixo conhecimento público e falta de estrutura. Izalci Lucas aposta na experiência legislativa e na articulação política, embora enfrente dificuldades de visibilidade. Paula Belmonte, por sua vez, tenta consolidar sua marca em pautas de controle de gastos e primeira infância, explorando o potencial das redes sociais, mas ainda com escala e reconhecimento limitados.

O levantamento mostra que há um espaço expressivo para disputa. Os indecisos, que somam 13,3%, tendem a definir voto apenas na reta final, e a agenda de entregas regionais e visitas presenciais será determinante. Já o grupo que pretende votar em branco

ou nulo pode diminuir se houver polarização clara entre continuidade e mudança. O centro moderado, por sua vez, será decisivo no segundo turno e deve priorizar propostas objetivas nas áreas de segurança, transporte e saúde, com metas mensuráveis e viabilidade de execução.

A pesquisa IGAPÉ revela, portanto, que Celina Leão começa em posição privilegiada, sustentada pela força de Ibaneis Rocha e pela divisão dos adversários, mas o jogo ainda está em aberto. Com 26,2% do eleitorado entre indecisos e votos brancos ou nulos, o desempenho dos candidatos dependerá da capacidade de formar alianças sólidas, manter uma comunicação eficiente e apresentar soluções concretas para os principais problemas do Distrito Federal.

O levantamento foi realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2025, com 3.009 entrevistas presenciais em todas as regiões administrativas do DF. A margem de erro é de 1,8 ponto percentual, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

INFORMAÇÃO

Câmara de Rio Verde divulga calendário das sessões ordinárias de 2026

Leandro Fox

Câmara de Rio Verde convoca você a acompanhar as decisões que vão moldar 2026, com a divulgação oficial do calendário de sessões ordinárias da Casa para o próximo ano feita pelo presidente Idelson Mendes no dia 8 de janeiro.

O cronograma, que já está disponível no site da Câmara, vai organizar as semanas em que os vereadores se reunirão para deliberar sobre projetos, requerimentos e ações de interesse da população, sempre com início às 19h conforme o horário regimental.

Organizadas em semanas concentradas ao longo do ano, essas sessões são o momento em que suas necessidades podem virar proposições e suas

CONFIRA AS DATAS EM QUE A CÂMARA ESTARÁ ABERTA AO SEU ACOMPANHAMENTO:

- ✓ Fevereiro: 09 a 13
- ✓ Março: 16 a 20
- ✓ Abril: 13 a 17
- ✓ Maio: 11 a 15
- ✓ Junho: 08 a 12
- ✓ Julho: Recesso Legislativo
- ✓ Agosto: 10 a 14
- ✓ Setembro: 14 a 18
- ✓ Outubro: 19 a 23
- ✓ Novembro: 09 a 13
- ✓ Dezembro: 07 a 11

demandas podem ser debatidas pelos vereadores eleitos. Participar, acompanhar as pautas, enviar sugestões e comparecer às sessões nas datas previstas é uma das formas

mais diretas de influenciar as decisões que impactam o seu bairro, sua rua, e a cidade como um todo.

A escolha de concentrar as sessões em semanas específicas, em vez de reuniões semana a semana, cria uma oportunidade para que cidadãos, entidades civis e movimentos sociais se programem e marquem presença no plenário ou nas transmissões ao vivo. Para isso, é fundamental que você acompanhe antecipadamente as pautas publicadas pela Câmara, verifique se há temas de seu interesse e compartilhe com vizinhos e associados.

A Câmara convida você a acompanhar, participar e fiscalizar: cada sessão é um espaço de debate, de transparência e de construção coletiva das leis e decisões que

AGENDA - SESSÕES ORDINÁRIAS - ANO 2026
HORÁRIO REGIMENTAL: 19 HORAS

• MÊS DE FEVEREIRO (DE 09 A 13 DE FEVEREIRO)	• MÊS DE AGOSTO (DE 10 A 14 DE AGOSTO)
• MÊS DE MARÇO (DE 16 A 20 DE MARÇO)	• MÊS DE SETEMBRO (DE 14 A 18 DE SETEMBRO)
• MÊS DE ABRIL (DE 13 A 17 DE ABRIL)	• MÊS DE OUTUBRO (DE 19 A 23 DE OUTUBRO)
• MÊS DE MAIO (DE 11 A 15 DE MAIO)	• MÊS DE NOVEMBRO (DE 09 A 13 DE NOVEMBRO)
• MÊS DE JUNHO (DE 08 A 12 DE JUNHO)	• MÊS DE DEZEMBRO (DE 07 A 11 DE DEZEMBRO)

CÂMARA DE RIO VERDE DIVULGA CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 2026

www.rioverde.go.leg.br

vão impactar diretamente a rotina de Rio Verde. O

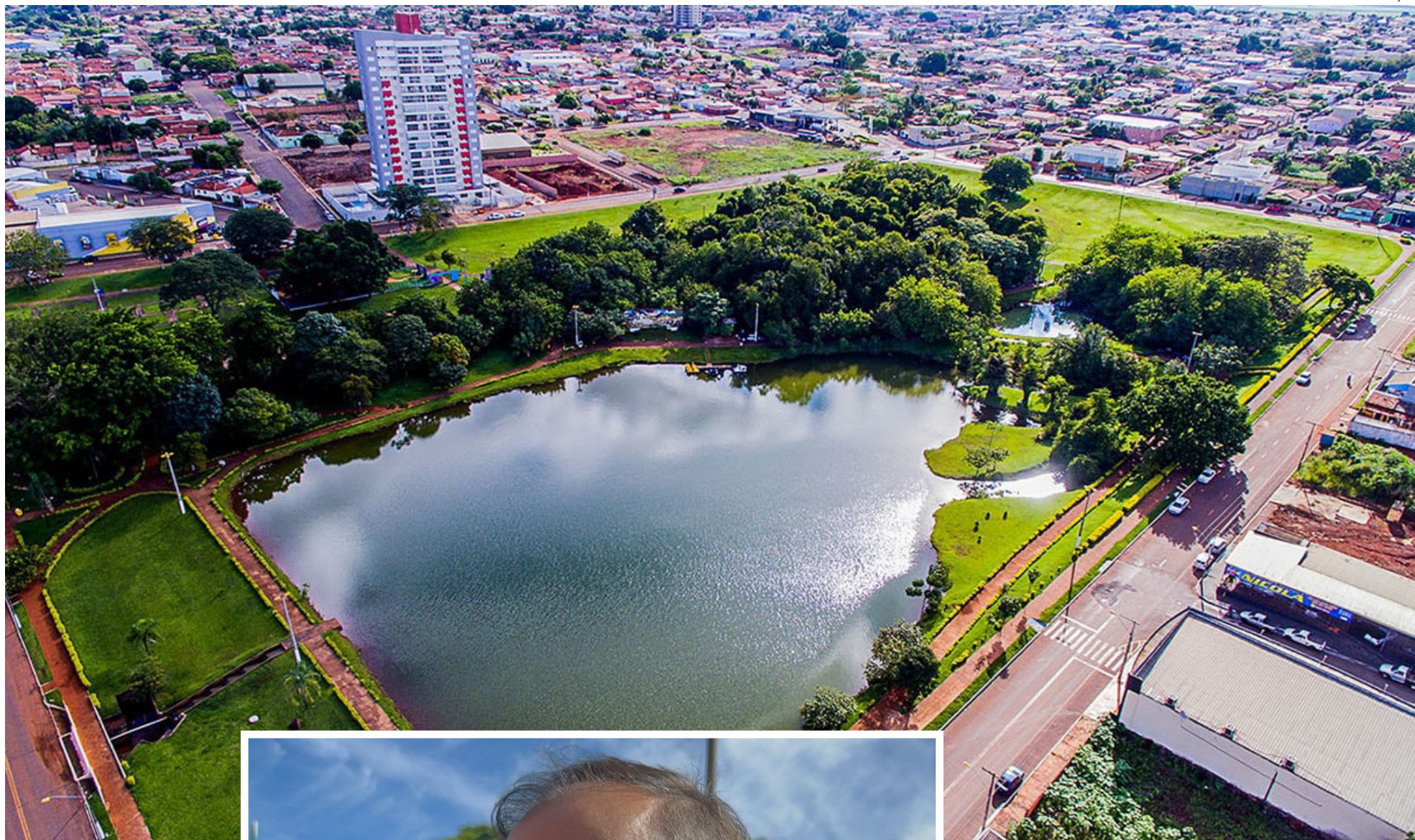
Legislativo está preparado para receber a sua voz,

resta agora transformar presença em participação.

EDITORIAL

As crônicas de Geneilton: A morte do Leviatã e A Cidade Abelha

DIVULGAÇÃO



Ambas se confundem com a própria narrativa recente de Jataí, um município que decidiu romper com um ciclo político longo e apostar em uma nova lógica de poder e gestão.

João Gabriel

A eleição de Geneilton Assis (PL) marcou mais do que uma simples alternância administrativa, representou o colapso simbólico de um sistema consolidado há décadas. Humberto Machado (MDB), ex-prefeito e figura central da política local por mais de vinte anos, entrou na disputa respaldado pela máquina municipal e com forte articulação junto ao governo estadual, cercado por estrutura, visibilidade e apoio institucional. Ainda assim, foi derrotado por um candidato que reuniu forças partidárias improváveis, unificando o PL e o PSDB em um mesmo projeto, traduzindo o cansaço do eleitorado com velhas práticas e sinalizando um



Geneilton, uma curva para a direita na linearidade Jataiense

movimento que dialoga com o cenário político estadual, onde alianças pragmáticas e discurso de renovação têm se mostrado decisivos.

A vitória de Geneilton Assis (PL), com margem expressiva de votos, sepultou a crença de que estrutura administrati-

va e longevidade política garantem permanência no poder. O Leviatã, sustentado por engrenagens institucionais e capital acumulado ao longo dos anos por Humberto Machado (MDB), sucumbiu diante de uma campanha que apostou na convergência de forças, no sen-

timento de mudança e na leitura correta do humor popular. Jataí tornou-se, assim, um microcosmo de um fenômeno mais amplo, no qual o eleitor demonstra disposição para desmontar hegemonias quando não enxerga resultados práticos ou perspectiva de futuro.

Já no exercício do mandato, a chamada Cidade Abelha começa a ganhar forma. O primeiro ano de gestão de Geneilton Assis (PL) foi marcado por desafios típicos de quem assume uma prefeitura após um longo período de comando de um mesmo grupo político. Houve a necessidade de reorganizar a máquina administrativa, ajustar contratos herdados, equilibrar as contas e, ao mesmo tempo, responder a demandas urgentes da população. Ainda assim, a administração buscou imprimir ritmo, com obras de pavimentação urbana e rural, intervenções na infraestrutura e a retomada de projetos considerados estratégicos para o funcionamento do município.

No início de 2026, os sinais de continuidade e planejamento começam a ser apresentados como resposta às expectativas criadas na campanha. A preparação para a entrega de novos equipamentos públicos, a reorganização de setores essenciais e o esforço de dar visibilidade às ações de governo funcionam como demonstração de que a gestão

de Geneilton Assis (PL) pretende consolidar um modelo baseado em cooperação, trabalho contínuo e resultados graduais. A metáfora da Cidade Abelha se sustenta justamente nessa lógica, uma cidade que só prospera se cada engrenagem funcionar de forma coordenada, do Executivo ao Legislativo, do servidor ao cidadão.

Entre realizações e dificuldades, a gestão Geneilton Assis (PL) enfrenta agora o desafio mais complexo, transformar o simbolismo da vitória política sobre Humberto Machado (MDB) e das primeiras obras em serviços permanentes e eficazes, capazes de sustentar a confiança popular que derrubou o Leviatã. O eleitor que promoveu a ruptura espera mais do que gestos e anúncios, cobra uma cidade que funcione no cotidiano, com saúde acessível, educação estruturada, segurança organizada e infraestrutura que resista ao tempo. É nesse ponto que as crônicas deixam de ser apenas relato político e passam a ser, também, um termômetro do futuro de Jataí.

HABITAÇÃO

Casa pela metade não é casa: Paranaiguara retoma moradias inacabadas

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Em Paranaiguara, a espera por um lar completo deixou de ser apenas uma promessa repetida:

Felipe Neiva

Moradias iniciadas em um projeto anterior, viabilizado com recursos do governo estadual, chegaram a ter paredes levantadas e telhado, mas ficaram por anos sem as etapas que tornam uma casa habitável, seja pelo acabamento, pintura e até mesmo pelas condições internas mínimas.

Para muitas famílias, viver de aluguel era a regra, enquanto a vida seguia sem a segurança de ter, de fato, um lugar pronto para chamar de seu. No entanto, desde o ano passado, o município passou a reorganizar esse passivo e retomar as conclusões das moradias.

Esta medida foi viabilizada por projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, que deu respaldo administrativo para as intervenções e permitiu que a execução avançasse de forma gradual,



conforme as etapas técnicas e operacionais.

Contudo, vale o alerta: não se trata de doação de casas, pois o foco deste projeto é a reforma e conclusão de moradias que ficaram inacabadas, para posterior entrega aos seus legítimos proprietários, dentro de um processo acompanhado pelo município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, que

participa ativamente desse acompanhamento, auxiliando na organização dos encaminhamentos ligados ao atendimento habitacional e na condução do fluxo de atendimento.

O programa prevê cerca de 30 (trinta) unidades, sendo que 03 (três) moradias já foram concluídas e entregues em 2025, enquanto as demais seguem em pleno andamento. As



Uma triste moradia inacabada

entregas ocorrem à medida que cada casa atinge as condições adequadas de habitabilidade, com observância do ritmo de execução e dos trâmites necessários em cada etapa.

Parte do resultado tem relação com o esforço conjunto no dia a dia da obra, iniciando pelo Poder Executivo, através do Prefeito Barbosinha, pela equipe municipal de Obras, profissionais envolvidos na execução, secretários e servidores, além de pessoas da comunidade mobilizadas para que o trabalho avance com organização.

É esse espírito de união, quando bem conduzido, aparece no que importa, isto é, em uma política pública que não fica no anúncio, mas chega ao endereço certo. Na prática, o que se vê é a transformação de estruturas incompletas em moradias funcionais, com impacto direto na rotina de quem aguardava há anos.

Ao final, o recado é claro para toda a região: em habitação, não basta começar, e o que devolve segurança, conforto e dignidade às famílias é ver a casa pronta, por dentro e por fora.

ELEIÇÕES ESTADUAIS 2026

Professor Ilton Cruvinel responde sobre estratégias de marketing eleitoral

Felipe Neiva

RP: Qual é o principal desafio de uma campanha estadual em 2026?

Prof. Ilton Cruvinel: O maior desafio é a disputa pela atenção do eleitor. Em 2026 o eleitor estará ainda mais exposto a conteúdos curtos, emocionais e muitas vezes desinformativos. Quem não tiver estratégia, dados e narrativa clara vai desaparecer no meio do ruído digital.

RP: A pesquisa eleitoral ainda é central para a estratégia?

Prof. Ilton Cruvinel: Mais do que nunca. Pesquisa não é fotografia, é bússola. Ela orienta discurso, território, prioridades e correções de rota. Campanha sem pesquisa trabalha no

escuro e desperdiça recursos. É a pesquisa que conduz a campanha, e não o candidato. O resultado da pesquisa identifica o sentimento das ruas e orienta a estratégia eleitoral a ser seguida com assertividade.

RP: O digital decide a eleição?

Prof. Ilton Cruvinel: Todo profissional experiente de campanha irá dizer que o digital é muito importante. O digital não decide sozinho, mas define o ritmo da campanha. Ele pauta o debate, cria percepções e influencia o voto indeciso. Quem integra bem o digital com rua, base e liderança local sai na frente.

RP: Qual erro mais comum que candidatos cometem?

Prof. Ilton Cruvinel: Achar que comunicação é só postar. Comunicação é estratégia, é repetição, é coerência. Muitos candidatos falam para si mesmos e não para o eleitor real. Campanha eficiente escuta, interpreta dados e traduz a mensagem na linguagem que o eleitor entende e valoriza.

RP: Como lidar com fake news em 2026?

Prof. Ilton Cruvinel: Com monitoramento permanente, resposta rápida e reputação construída antes da crise. Quem só reage quando a fake news estoura já perdeu tempo valioso. Fake news e desinformação impactam diretamente a percepção eleitoral e o desempenho da campanha, por isso precisam ser combatidas



de forma estratégica, contínua e responsável durante todo o processo eleitoral.

RP: Qual o papel da narrativa na campanha?

Prof. Ilton Cruvinel: Narrativa é o fio condutor. O eleitor não vota apenas em propostas, vota em história, confiança e sentido, fatores que possuem peso significativo e contribuem para a construção do processo eleitoral. Uma boa narrativa conecta passado, presente e futuro do candidato de forma simples, clara e coerente.

RP: O que diferencia uma campanha vencedora?

Prof. Ilton Cruvinel: É

uma junção de vários fatores. Um ótimo planejamento e a decisão estratégica diária são determinantes. Campanha vencedora mede, ajusta e executa melhor. Não é quem grita mais, é quem comunica certo para as pessoas certas. A gestão profissional de campanha auxilia de forma decisiva para alcançar esse sucesso eleitoral, portanto a equipe do candidato é um ponto muito importante e decisivo.

RP: Que conselho você daria para quem vai disputar uma eleição estadual em 2026?

Prof. Ilton Cruvinel: Comece cedo, estude o eleitor e confie na estratégia. Improvi-

so custa caro. Eleição se ganha com método, disciplina e leitura correta do momento político.

- Prof. Ilton Cruvinel (Ilton Cruvinel é estrategista de marketing e comunicação política, professor universitário em instituições públicas e privadas e autor e pesquisador de diversas obras científicas na área. Possui trajetória consolidada no marketing político e eleitoral, atuando há décadas na coordenação e integração de equipes de campanha em diferentes regiões. É especialista lato sensu e stricto sensu nas áreas de marketing e planejamento estratégico. Sua expertise concentra-se no planejamento estratégico eleitoral e no marketing de conteúdo digital aplicado às campanhas eleitorais. Na área pública, atuou como gestor em alguns municípios goianos.)

AGRONEGÓCIO

KYT Pasto Rico®: A promessa de pastos verdejantes para o Sudoeste goiano

DIVULGAÇÃO

A recuperação de pastagens degradadas é um dos grandes desafios da pecuária brasileira, especialmente diante da busca por maior eficiência produtiva e sustentabilidade no campo.

Por Leandro Fox

Pensando nesse cenário, a Kingdom Agri-solutions (@kingdom.agrisolutions) lançou o KYT Pasto Rico®, um kit de nutrição inteligente voltado à revitalização de pastagens e ao estímulo da resposta vegetativa do capim.

Você, produtor, deve pensar: “preciso de rebrota rápida para aguentar o giro do gado” ou “meu capim sente a seca e demora a reagir”. Essas angústias do homem do campo são a realidade do pequeno ao grande produtor, porém, houve evolução da tecnologia para desenvolver o potencial de melhoria dessa demanda.

Diferentemente da aplicação isolada de fertilizantes como a ureia, o KYT Pasto Rico® reúne, em uma única estratégia, quatro frentes complementares de manejo: nutrição de base, aceleração do crescimento, apoio à recuperação do pasto e melhoria da qualidade da aplicação. A proposta é oferecer praticidade ao produtor e maior eficiência no aproveitamento dos insumos.

O kit é composto por um fertilizante NPK líquido, responsável por fornecer a base nutricional necessária para estrutura, crescimento e formação da forrageira; um produto com 32% de nitrogênio, que promove um “choque” nutricional para acelerar a rebrota, o perfilhamento e a coloração do pasto; um componente voltado à regeneração, que auxilia o capim a retomar seu potencial após situações de estresse; e um adjuvante, que melhora o espalhamento e a fixação da calda durante a aplicação.

Segundo a CEO Giselle Carvalho, “a atuação integrada dos produtos permite uma resposta mais uniforme da pastagem, facilitando o manejo e a comunicação da tecnologia no campo. A inclusão do adjuvante também contribui para o melhor aproveitamento da calda, reduzindo perdas e



Proteção e crescimento!



O que há de mais avançado em maquinário, tecnologia de produção e controle de qualidade da indústria

Indústria de ponta



Para saber mais sobre a Kingdom Agri-solutions:



Para mais informações sobre o KYT Pasto Rico®

KINGDOM agrisolutions

aumentando a eficiência da aplicação, de uma forma inteligente e prática”.

Giselle também destaca que a tecnologia dos produtos da Kingdom Agri-solutions foi construída em parceria com centros de

inovação agrícola da China, Estados Unidos, Israel, Austrália entre outros. Com mais de oito anos de mercado e com mais de trinta produtos exclusivos, seus produtos se destacam pela qualidade, inovação e

resultados excepcionais no campo.

O KYT Pasto Rico® é indicado para produtores que buscam recuperar o vigor e o desempenho das pastagens dentro de uma estratégia nutricional

planejada. Com foco em praticidade e integração, o lançamento reforça a tendência de soluções completas para o manejo de pastagens, alinhadas às demandas de produtividade e sustentabilidade da

pecuária moderna.

Para mais informações sobre a Kingdom Agri-solutions e seus produtos, siga @kingdom.agrisolutions no Instagram ou entre em contato pelo Whatsapp “+55 64 3444-0040”.